

# AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA A LUZ DO SINAES: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE RECONHECIMENTO E DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

*Evaluating undergraduate programs of the federal institute of Brasília based on SINAES system: an analysis of course accreditation and its renewal reports*

Jessiane Fontenele Guilherme<sup>1</sup>  
Tiago Borges dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) constitui-se como o principal instrumento de regulação e indução da qualidade da educação superior no Brasil. Nesse contexto, as avaliações externas de cursos, conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), assumem papel central tanto para fins regulatórios quanto para o aprimoramento institucional. Este artigo tem como objetivo analisar os resultados das avaliações externas de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação do Instituto Federal de Brasília (IFB), realizadas entre 2018 e 2024, com base no Instrumento de Avaliação do Inep vigente desde 2017. Trata-se de um estudo documental, de natureza descritivo-analítica, que examinou 20 relatórios de avaliação externa, considerando os indicadores e as três dimensões avaliativas: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Os resultados indicam desempenho global satisfatório, com média geral dos indicadores de 4,0 e Conceito de Curso médio de 4,2, destacando-se positivamente as dimensões Organização Didático-Pedagógica e Infraestrutura. Entretanto, a dimensão Corpo Docente e Tutorial apresentou fragilidades recorrentes, especialmente nos indicadores relacionados à educação a distância em cursos presenciais com carga horária parcial nessa modalidade. Conclui-se que, embora o IFB apresente padrões consolidados de qualidade, os resultados evidenciam desafios institucionais que demandam reorientação de práticas de gestão, planejamento e formalização de processos, reforçando o potencial formativo da avaliação externa no contexto da educação superior pública.

**Palavras-chave:** regulação educacional; Garantia da qualidade; Governança universitária; Gestão institucional; Institutos Federais; Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Políticas públicas educacionais.

---

<sup>1</sup> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9899-2666> E-mail: [jfgee@iscte-iul.pt](mailto:jfgee@iscte-iul.pt)

<sup>2</sup> Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7523-6704> E-mail: [tiago.santos@ifb.edu.br](mailto:tiago.santos@ifb.edu.br)

**Abstract.** *This The National System for the Evaluation of Higher Education (Sinaes) constitutes the main regulatory and quality-inducing instrument of higher education in Brazil. In this context, external course evaluations conducted by the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep) play a central role both for regulatory purposes and for institutional improvement. This article aims to analyze the results of external evaluations for recognition and renewal of recognition of undergraduate programs at the Federal Institute of Brasília (IFB), carried out between 2018 and 2024, based on the Inep Evaluation Instrument in force since 2017. This is a documentary study with a descriptive-analytical approach, which examined 20 external evaluation reports, considering the indicators and the three evaluative dimensions: Didactic-Pedagogical Organization, Faculty and Academic Staff, and Infrastructure. The results indicate an overall satisfactory performance, with an overall average indicator score of 4.0 and an average Course Concept score of 4.2, with positive highlights in the Didactic-Pedagogical Organization and Infrastructure dimensions. However, the Faculty and Academic Staff dimension presented recurring weaknesses, especially in indicators related to distance education within face-to-face programs that offer a partial workload in this modality. It is concluded that, although IFB demonstrates consolidated quality standards, the results reveal institutional challenges that require the reorientation of management practices, planning, and process formalization, reinforcing the formative potential of external evaluation in the context of public higher education..*

**Keywords:** *educational Regulation; Quality Assurance; Higher Education Governance; Institutional Management; Federal Institutes (Brazil); Federal Network of Professional and Technological Education; Educational Public Policies.*

## Introdução

A avaliação da educação superior no Brasil passou a ocupar lugar central nas políticas públicas a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861/2004. O Sinaes estabelece um conjunto articulado de instrumentos destinados à avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, com a finalidade declarada de promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta e fortalecer a responsabilidade social das instituições.

No âmbito do Sinaes, as avaliações externas de cursos, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), desempenham papel estratégico ao subsidiarem atos regulatórios, como o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos, e ao produzirem diagnósticos detalhados sobre diferentes dimensões da qualidade acadêmica. Para além de sua função regulatória, tais avaliações podem assumir caráter formativo, na medida em que oferecem subsídios para o planejamento institucional e para o aprimoramento contínuo dos processos acadêmicos e administrativos.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir da Lei nº 11.892/2008, apresentam especificidades no campo da educação superior: articulam ensino, pesquisa e extensão em uma perspectiva multicampi; conjugam a formação acadêmica com a preparação para o mundo do trabalho; dispõem de uma organização pedagógica verticalizada da educação básica à superior (Pacheco, 2011); e ofertam cursos superiores fortemente vinculados às demandas sociais, regionais e do mundo do trabalho de acordo com a região onde se situa. Nesse contexto, a análise sistemática dos resultados das avaliações externas torna-se fundamental para compreender como os critérios do Sinaes se materializam na realidade dessas instituições.

Para a realização do presente estudo, foram analisados 20 relatórios de avaliação externa de 18 cursos diferentes, sendo 15 referentes a processos de reconhecimento e 5 à renovação de reconhecimento de cursos de graduação. O corpus foi organizado segundo a natureza dos cursos — bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia — e por grandes áreas do conhecimento, de modo a qualificar a análise dos resultados à luz da composição da amostra.

No conjunto examinado, os bacharelados incluem os cursos de Administração e Agronomia; as licenciaturas abrangem Física, Geografia, Matemática, Pedagogia, Dança, Educação Profissional e Letras-Espanhol; e os cursos superiores de tecnologia compreendem Alimentos, Automação Industrial, Design de Moda, Design de Produto, Eventos, Gastronomia, Secretariado, Sistemas para Internet e Hotelaria. Ou seja, foram examinados 2 cursos de bacharelado, 7 de licenciatura e 9 de tecnologia. Essa distribuição evidencia a predominância de cursos tecnológicos e de licenciaturas, aspecto que deve ser considerado na interpretação dos achados, uma vez que diferenças nos resultados podem refletir especificidades formativas, regulatórias e avaliativas próprias de cada tipologia e área de conhecimento.

Com relação a distribuição dos cursos por área do conhecimento ou por eixo tecnológico, o conjunto de fontes selecionadas revela que os eixos tecnológicos predominantes na observação foram Turismo, Hospitalidade e Lazer, com 3 cursos (Eventos, Gastronomia e Hotelaria) e Produção Cultural e Design, que foi representado com 2 relatórios (Design de Produto e Design de Moda). Já no âmbito das áreas de conhecimento, há maior incidência de cursos das Ciências Humanas (Pedagogia, Geografia e Educação Profissional) e de Liguística, Letras e Artes (Dança e Letras Espanhol).

O presente artigo tem como objetivo analisar os resultados das avaliações externas de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, aqui compreendidos os cursos com grau de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura do Instituto Federal de Brasília (IFB). Tais análises abrangem o período entre 2018 e 2024, a partir dos indicadores do Instrumento de Avaliação do Inep. Busca-se aqui identificar os indicadores melhor avaliados, as fragilidades recorrentes e as implicações para a gestão institucional, contribuindo para o debate sobre o uso formativo da avaliação externa na educação superior pública.

## Referencial teórico

A avaliação da educação superior tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica entre funções regulatórias, de controle, e funções formativas, voltadas à melhoria da qualidade (Dias Sobrinho, 2003; 2010). No contexto brasileiro, o Sinaes consolidou-se como um modelo avaliativo que busca integrar essas dimensões, articulando autoavaliação institucional, avaliação externa e avaliação do desempenho discente em âmbito institucional.

Segundo Dias Sobrinho (2010), a avaliação, quando compreendida como processo formativo, deve produzir conhecimento sobre a realidade institucional, permitindo que os sujeitos envolvidos se apropriem dos resultados e os utilizem para transformar práticas e processos. Nesse sentido, a avaliação externa de cursos não deve ser reduzida a um mecanismo classificatório ou ranqueado, mas sim deve ser entendida como oportunidade de reflexão crítica sobre o projeto pedagógico, e sobre a atuação docente, bem como as condições de oferta dos cursos.

Autores como Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006) destacam que os instrumentos avaliativos do Sinaes operam como indutores de políticas institucionais, uma vez que seus indicadores e critérios influenciam diretamente as decisões de gestão acadêmica. Assim, a forma como as instituições respondem aos resultados das avaliações externas revelam o grau de institucionalização da cultura avaliativa.

O Instrumento de Avaliação adotado pelo INEP para o processo de reconhecimento de cursos de graduação é padronizado para todos os tipos de cursos e instituições de educação superior. Assim, cursos de Bacharelado, de Tecnologia e de Licenciatura, ofertados nas modalidades presencial ou a distância, bem como cursos vinculados a Universidades, Centros Universitários, Faculdades ou Institutos Federais, sejam eles de instituições públicas ou privadas, devem atender aos mesmos indicadores e critérios de qualidade estabelecidos pelo referido instrumento.

No caso dos Institutos Federais, a literatura ainda aponta a necessidade de estudos empíricos que analisem como os referenciais do Sinaes dialogam com a identidade institucional dessas organizações, marcadas pela integração entre educação básica, profissional e superior, o que torna a avaliação demasiado diferente em relação a instituições apenas de ensino superior. A análise dos relatórios de avaliação externa, portanto, configura-se como estratégia relevante para compreender os desafios e potencialidades da oferta de cursos superiores nesse contexto.

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo documental, de abordagem qualitativa e quantitativa, com caráter descritivo-analítico. O corpus da pesquisa foi composto por 20 relatórios de avaliação externa de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos de graduação do Instituto Federal de Brasília, elaborados pelo Inep entre os anos de 2018 e 2024.

Foram analisados 15 relatórios de reconhecimento de curso e 5 relatórios de renovação de reconhecimento, referentes a 18 cursos de diferentes graus acadêmicos (licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia). Optou-se por considerar

apenas relatórios elaborados com base no Instrumento de Avaliação do Inep vigente desde 2017, garantindo a comparabilidade dos indicadores e critérios avaliativos.

O Instrumento de Avaliação organiza-se em três dimensões: (1) Organização Didático-Pedagógica, (2) Corpo Docente e Tutorial e (3) Infraestrutura, totalizando 58 indicadores. Contudo, em função das especificidades dos cursos avaliados, cada relatório contempla apenas parte desses indicadores. Em média, os cursos do IFB foram avaliados por 21 indicadores da Organização Didático-Pedagógica, 16 do Corpo Docente e Tutorial e 10 de Infraestrutura.

Os dados foram sistematizados em planilha eletrônica, registrando-se os conceitos atribuídos a cada indicador. Para fins de análise, calculou-se a média aritmética simples dos conceitos por indicador e por dimensão. Os indicadores com média igual ou superior a 4,5 foram considerados satisfatórios, enquanto aqueles com média inferior a 4,0 foram classificados como insuficientes. Nos casos de indicadores insuficientes, procedeu-se à análise qualitativa das justificativas apresentadas nos relatórios do Inep.

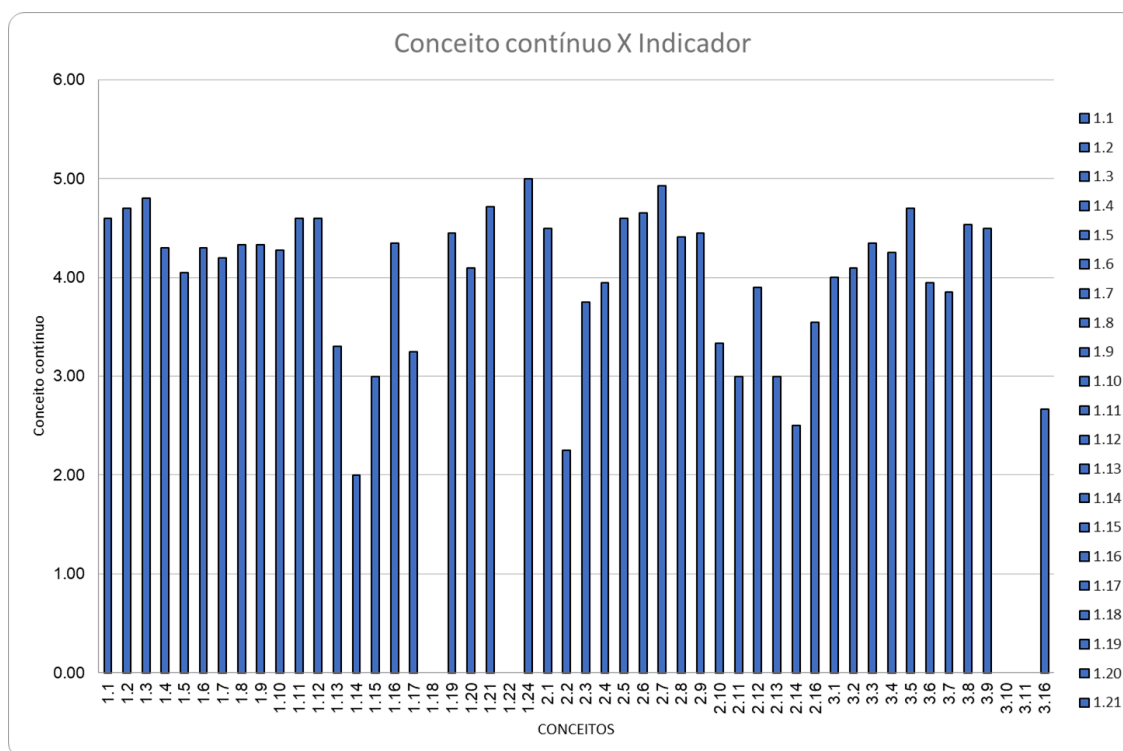
## Resultados

### Visão geral dos conceitos dos cursos

Dos 32 cursos de graduação ofertados pelo IFB em 2024, 28 já se encontravam reconhecidos no período analisado. Desses, nove obtiveram Conceito de Curso igual a 5, dezoito obtiveram Conceito 4 e um curso obteve Conceito 3. O Conceito de Curso médio da instituição foi de 4,2, indicando desempenho global satisfatório, considerando a escala adotada pelo INEP, graduada de 1 a 5, na qual valores maiores ou iguais a 3 correspondem à qualidade satisfatória.

A média geral dos indicadores analisados foi de 4,0. As dimensões Organização Didático-Pedagógica e Infraestrutura apresentaram médias de 4,1, enquanto a dimensão Corpo Docente e Tutorial obteve média inferior, de 3,6, impactando negativamente o resultado global, especialmente em razão de seu maior peso no cálculo do Conceito de Curso. No Gráfico I, é possível conferir as médias dos conceitos por cada indicador do instrumento de avaliação.

Gráfico 1: Média dos conceitos por indicador



Fonte: autores.

### Organização Didático-Pedagógica

No que concerne à dimensão Organização Didático-Pedagógica, a IES apresentou o melhor desempenho relativo, concentrando o maior número de indicadores com avaliação satisfatória. Destacaram-se aqui positivamente os indicadores relacionados às políticas institucionais no âmbito do curso, aos objetivos do curso, ao perfil profissional do egresso, ao Trabalho de Conclusão de Curso, ao apoio ao discente e às atividades práticas de ensino nas licenciaturas.

Por outro lado, como exposto na Tabela 1 - Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica, os indicadores considerados insuficientes concentraram-se, majoritariamente, em aspectos relacionados à gestão do curso e à oferta de carga horária a distância em cursos presenciais. A ausência de evidências de apropriação dos resultados das avaliações interna e externa, bem como a fragilidade na formalização das atividades de tutoria e no uso pedagógico do Ambiente Virtual de Aprendizagem, foram recorrentes nos relatórios analisados.

Tabela 1 - Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

Indicador	Conceito
-----------	----------

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.	4,6
1.2. Objetivos do curso.	4,7
1.3. Perfil profissional do egresso.	4,8
1.4. Estrutura curricular.	4,3
1.5. Conteúdos curriculares.	4,1
1.6. Metodologia.	4,3
1.7. Estágio curricular supervisionado	4,2
1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	4,3
1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	4,3
1.10. Atividades complementares.	4,3
1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	4,6
1.12. Apoio ao discente.	4,6
1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	3,3
1.14. Atividades de tutoria.	2
1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	3
1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	4,4
1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem.	3,3
1.18. Material didático.	NSA
1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	4,5
1.20. Número de vagas.	4,1
1.21. Integração com as redes públicas de ensino.	4,7
1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA
1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA
1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	5

Fonte: autores.

O conceito com a legenda NSA significa “Não se aplica” e sinaliza que determinado indicador não foi avaliado devido à natureza do curso.

### Corpo Docente e Tutorial

Quanto à dimensão Corpo Docente e Tutorial, nota-se que os resultados são mais críticos. Embora os indicadores relativos à titulação sejam altos, bem como os relacionados ao regime de trabalho e à experiência profissional dos professores tenham obtido médias elevadas, mais da metade dos indicadores dessa dimensão foi classificada como insuficiente (pontuando 3 ou menos em uma média de 1 a 5).

As principais fragilidades identificadas podem ser conferidas na Tabela 2 - Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial e dizem respeito a oferta de carga horária a distância em cursos presenciais. Desde 2018, a legislação educacional permite que os cursos da modalidade presencial possam ofertar um percentual (20%, 30% ou 40%, a

depende do ano e da Portaria) de sua carga horária total na modalidade a distância. Para fins de avaliação de reconhecimento de curso, o INEP considera que os cursos presenciais que ofertam parte da carga horária online devem dispor dos mesmos recursos humanos, pedagógicos e tecnológicos previstos para cursos ofertados integralmente na modalidade EaD. Neste contexto, o IFB não dispõe de uma equipe multidisciplinar ou de um corpo de tutores para atender aos cursos presenciais. Dessa maneira indicadores relativos à atuação e às características (titulação, experiência) do corpo tutorial obtiveram conceitos baixos, assim como o indicador referente à equipe multidisciplinar.

Ainda dentro da Dimensão de Corpo Docente e Tutorial, também foram atribuídos valores insuficientes para: a atuação da coordenação de curso, que não apresentou um plano de ação documentado e nem indicadores de desempenho, a produção acadêmica do corpo docente, cujo o número de produtos apresentados poderia melhorar, e para às atividades dos colegiados, no que tange a documentação que comprove sua atuação constante no curso, bem como ações voltadas à melhoria e análise recorrente das ações e dos processos que ocorrem nesse.

Tabela 2 - Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial

Indicador	Conceito
2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE.	4,5
2.2. Equipe multidisciplinar.	2,3
2.3. Atuação do coordenador.	3,8
2.4. Regime de trabalho do coordenador de curso.	4
2.5. Corpo docente.	4,6
2.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso.	4,7
2.7. Experiência profissional do docente.	4,9
2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica.	4,4
2.9. Experiência no exercício da docência superior.	4,5
2.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância.	3,3
2.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	3
2.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	3,9
2.13. Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	3
2.14. Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	2,5
2.15. Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso a distância.	1
2.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	3,6

Fonte: autores.

## Infraestrutura

A dimensão Infraestrutura apresentou desempenho satisfatório, com destaque para os indicadores relacionados aos laboratórios e ao acesso a equipamentos de informática. No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília-IFB foram avaliadas as salas e os recursos disponíveis para desempenho, aprendizagem e organização dos cursos, bem como locais de uso coletivo para lazer e a infraestrutura disponível aos docentes para atendimento das necessidades dos discentes, bem como para realização de trabalhos voltados a melhoria contínua do curso.

Na Tabela 3 – Dimensão3: Infraestrutura, é possível identificar que os principais pontos de atenção nesta área referem-se ao acervo bibliográfico, tanto o básico quanto o complementar, especialmente no que se refere à quantidade de exemplares disponíveis nas bibliotecas e à ausência de relatórios de adequação bibliográfica assinados pelo Núcleo Docente Estruturante dos cursos que foram analisados.

Outro aspecto crítico identificado foi a inexistência de um Comitê de Ética em Pesquisa homologado pela autoridade máxima da instituição, o que impactou negativamente o indicador correspondente em todos os cursos avaliados.

Tabela 3 – Dimensão 3: Infraestrutura

Indicador	Conceito
3.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	4
3.2. Espaço de trabalho para o coordenador.	4,1
3.3. Sala coletiva de professores.	4,4
3.4. Salas de aula.	4,3
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	4,7
3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	4
3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	3,9
3.8. Laboratórios didáticos de formação básica.	4,5
3.9. Laboratórios didáticos de formação específica.	4,5
3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA
3.11. Laboratórios de habilidades.	NSA
3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA
3.13. Biotérios.	NSA
3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	NSA
3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA
3.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	2,7
3.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA

Fonte: autores.

## Discussão

Os resultados evidenciam que o IFB apresenta padrões consolidados de qualidade em dimensões centrais da oferta de cursos de graduação, especialmente no que se refere à organização didático-pedagógica e às condições de infraestrutura, com pequenas ressalvas que merecem melhor atenção. Esses achados corroboram estudos que apontam a capacidade dos Institutos Federais de estruturar projetos pedagógicos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e às demandas sociais do país, garantindo assim apoio a sua expansão em âmbito territorial, com acesso à educação profissional e gratuita.

Entretanto, a recorrência de fragilidades na dimensão Corpo Docente e Tutorial revela desafios institucionais que podem extrapolar a atuação individual dos cursos. A concentração de conceitos insuficientes em indicadores relacionados à educação a distância sugere uma dissonância entre os normativos institucionais existentes e a forma como esses dispositivos são operacionalizados e formalizados nos Projetos Pedagógicos de Curso e nos sistemas oficiais de regulação.

Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de fortalecimento da cultura avaliativa institucional, com maior integração entre autoavaliação, avaliação externa e processos de gestão. A avaliação externa, ao evidenciar tais fragilidades, cumpre papel formativo ao sinalizar áreas prioritárias de intervenção e ao induzir ajustes nas práticas e nos processos institucionais.

## Considerações finais

A análise dos relatórios de avaliação externa dos cursos de graduação do IFB permitiu traçar um diagnóstico abrangente da qualidade da oferta da educação superior na instituição, a partir da perspectiva do Sinaes. Os resultados indicam desempenho global satisfatório, com destaque para indicadores relacionados às políticas institucionais, ao perfil do egresso, à qualificação do corpo docente e às condições de infraestrutura.

Por outro lado, os conceitos insuficientes evidenciam desafios estruturais e organizacionais, especialmente no que se refere à gestão do curso, à formalização das atividades de tutoria, à atuação dos colegiados e à operacionalização da educação a distância em cursos presenciais. Tais fragilidades impactam diretamente o Conceito de Curso e demandam reorientação das práticas de planejamento e gestão institucional.

Conclui-se que o uso sistemático e crítico dos resultados das avaliações externas pode contribuir significativamente para o aprimoramento da qualidade da educação superior pública, desde que integrado a processos institucionais de autoavaliação e planejamento. Como limitação do estudo, destaca-se o recorte temporal e institucional, sugerindo-se a realização de pesquisas comparativas com outros Institutos Federais ou instituições de natureza similar.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. Avaliação, Campinas, v. 8, n. 2, p. 31–47, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Qualidade, avaliação e educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2010.

INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: presencial e a distância**. Brasília: Inep/MEC, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf). Acesso em: 17 abr. 2025.

INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília: Inep/MEC, 2023. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-aco-es-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PACHECO, E. M. (org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425–444, 2006.